

A França na África: as intervenções militares e suas motivações – o caso da Costa do Marfim

France in Africa: military interventions and their motivations – the case of Côte d'Ivoire

Pio Penna Filho*
Koffi Robert Badou**

Resumo

A França é o país que mais intervém militarmente nos assuntos africanos. Desde o processo de descolonização até hoje, os franceses já promoveram diversas intervenções militares em países africanos, ajudando a depor ou sustentando governantes de acordo com os seus interesses. Trata-se de um país que pratica uma ativa política intervencionista, sobretudo nos Estados que outrora estiveram sob o jugo do colonialismo francês. Este artigo busca discutir as motivações que levam os franceses a essa política intervencionista em África, trazendo como exemplo de atuação no continente, o caso da Costa do Marfim e a violenta crise pós-eleitoral de 2010.

Palavras-Chave: França-África; Intervenções Militares; Política Internacional; Costa do Marfim.

Abstract

France stands out as a country that promotes military interventions in Africa. Since the decolonization process to the present day, the French have promoted several military interventions in African countries, helping to bring down or keeping governments according to their interests. It is a country that practices an active interventionist policy, especially in states that had once been under domain of French colonialism. This article discusses the motivations that lead the French to this interventionist policy in Africa, bringing as acting example on the continent, the case of the Ivory Coast and the violent post-election crisis in 2010.

Keywords: France-Africa; Military interventions; International policy; Costa do Marfim.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisador do CNPq. E-mail: piopenna@gmail.com

** Mestre em Letras pela Universidade de São Paulo e estre em Estudos Ibéricos e Latino-americanos pela Universidade de Cocody/Abidjan, é especialista em Marketing Político e Propaganda eleitoral pela Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. E-mail: robert.jornal@gmail.com

1 Introdução

A França é, das antigas potências coloniais europeias, a que mais intervém nos assuntos africanos. Desde o processo de descolonização até hoje, os franceses já promoveram mais de cinquenta intervenções militares em países africanos (SIRADAG, 2014, p.119), ajudando a depor ou sustentando governantes de acordo com os seus interesses. Trata-se, portanto, de um país que pratica uma ativa política intervencionista no continente africano, sobretudo nos Estados que outrora estiveram sob o julgo do colonialismo francês, e onde mantém ainda diversas bases militares.

O que se busca neste artigo é justamente colocar em perspectiva essa ativa e atípica política francesa para a África. Ativa porque os franceses, desde a época do General De Gaulle, passando por governos como os de Valéry Giscard d'Estaing, François Mitterrand, Jacques Chirac, Nicolas Sarkozy e François Hollande, sistematicamente promovem ingerências em assuntos exclusivamente africanos. Atípica porque nenhuma outra ex-metrópole agiu de forma semelhante e, mesmo quando o fez, nem de longe se aproximou da política intervencionista francesa. Por que, afinal, os franceses intervêm tanto na África? Quais as suas principais motivações? Por que parte das elites africanas insiste em buscar auxílio junto à ex-metrópole, mesmo consciente sobre os efeitos nefastos que essa relação provoca a longo prazo, dilatando uma relação de dependência absolutamente negativa?

O argumento principal dos autores é que a França não superou sua mentalidade colonialista, calcada numa relação de superioridade frente aos africanos, e que a África ainda é percebida pelos governantes franceses, independente de sua orientação partidária, como área estratégica em sua política de busca de prestígio internacional. Além disso, os autores consideram também o outro lado da relação, ou seja, a responsabilidade das elites africanas, que acabam legitimando as intervenções francesas no continente quando buscam apoio de Paris para se sustentarem no poder a qualquer preço ou para derrubarem um governo constituído ou para sufocar revoltas e insurgências internas.

O artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, o foco é a política africana da França, principalmente no seu aspecto intervencionista. A segunda parte é dedicada ao estudo de caso da intervenção francesa na Costa do Marfim, iniciada em 2002 e que teve seu ápice em 2011, num processo que ainda hoje repercute na política marfinense.

2 A França na África

A partir da segunda metade do século XIX, a França conquistou vastas extensões territoriais na África. Sua expansão se deu de forma mais intensa na África Ocidental e na África Central, além de conquistar também territórios insulares, como Comores, Madagascar e Ilha Reunião. De certa forma, foram as iniciativas colonialistas francesas que deram partida para a corrida em direção ao continente africano, que teve seu ponto culminante com a partilha do continente, organizada durante a Conferência de Berlim (1884-1885).

A política colonial francesa foi muito intensa, embora tenha variado de acordo com a área colonial. Com efeito, algumas colônias receberam mais atenção e outras, menos. De forma geral, o colonialismo francês é descrito como um sistema de dominação e administração direta, que interferia em profundidade nas estruturas autóctones africanas. Esse sistema, por exemplo, tinha uma política de assimilação cultural e os territórios africanos eram vistos como partes da França. Nesse sentido, o legado colonial francês também se distinguiu dos demais colonialismos, sobretudo porque a França, como ex-metrópole, fez questão de manter fortes laços com suas antigas colônias, envolvendo-as em sua estratégia de inserção internacional como potência mundial, mesmo que mediana, se comparada com os Estados Unidos e com a então União Soviética no contexto da Guerra Fria.

Decerto, a descolonização das áreas ocupadas pelos franceses na África não foi um processo fácil, principalmente diante da reação de Paris para com dois casos em particular. Nesse contexto, destacam-se as independências da Guiné (Conakri, 1958) e, mais ainda, da Argélia (1962), que serão examinadas brevemente a seguir e servem como ilustração da maneira como os franceses encaravam o processo de independência dos territórios africanos.

Na Guiné, durante o governo de Sékou Touré, os guineenses tiveram a “ousadia” de dizer não para os franceses quando do referendo de 1958, pelo qual o governo francês, sob a administração do general De Gaulle, pretendia manter vínculos especiais do novo país com a França, sendo que tais vínculos são mantidos até hoje com a maioria das ex-colônias. A negativa no referendo, que buscava um novo começo para a sociedade guineense, livre da influência europeia em seus assuntos políticos, chocou os franceses e provocou uma reação absurdamente desproporcional e indicativa da forma como a França encarava os novos Estados africanos (MAZRUI; WONDJI, 2010, p.529).

Na Argélia foi ainda pior, haja vista que nesse território os interesses franceses eram muito mais intensos e estavam arraigados há muito mais tempo. Além dos interesses econômicos, havia na Argélia uma considerável população francesa ou de origem francesa, que beirava um milhão de pessoas, o que certamente agravou a resistência de Paris em aceitar negociar a independência da colônia, levando a uma longa e desgastante guerra.

A presença francesa no que é hoje a Argélia é antiga. Esse território foi invadido pelo último monarca Bourbon, Carlos X, em 1830. Desde então, a autoridade francesa foi se firmando e, junto com ela, uma forte mentalidade colonialista que pretendia transformar o território do norte da África em território da própria França. Com o tempo, os colonialistas franceses passaram a defender a ideia de que a Argélia jamais poderia ser abandonada, pois era uma questão de respeito e prestígio internacional para a França. Aceitar a independência da colônia seria, pois, um ato de fraqueza, que deveria ser evitado a todo o custo (NAYLOR, 2000, p. 13).

A guerra da Argélia foi uma das mais terríveis guerras de independência da África no contexto da descolonização. Os franceses se recusavam a aceitar a independência e a Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina lutou com determinação para atingir o seu objetivo. O resultado foi um elevado saldo de mortos dos dois lados, sendo que cerca de 300 mil argelinos perderam suas vidas durante o conflito, contra aproximadamente 30 mil franceses. De toda forma, a guerra demonstrou que mesmo para um país poderoso como a França havia limites, isto é, que o movimento pela descolonização não poderia ser contido por meio da repressão,

por mais violenta que fosse. A negociação política era um imperativo e as antigas potências coloniais deveriam pensar em uma nova estratégia no seu relacionamento com os novos Estados africanos.

Sem dúvida, foi um momento decisivo para a conclusão do processo de descolonização dos territórios franceses na África¹, mas mesmo com a derrota militar e a independência da Argélia, a França não mudou o seu comportamento e, principalmente, sua mentalidade colonialista. Sua presença continuou forte no continente e é plenamente razoável descrevê-la como neocolonial, no sentido de que os interesses franceses permaneceram quase intactos, apesar da conquista da independência política por parte dos africanos.

Vale ressaltar que a derrota na guerra da Argélia mexeu com os brios franceses, principalmente dos militares, mas com evidente impacto em suas elites políticas e que certamente tiveram repercussões para o futuro relacionamento entre a França e os territórios africanos em processo de descolonização, podendo ser o ponto chave para revisão das estratégias de colonização e de negociação para não perder as outras colônias sob seu domínio. Ou seja, ela ocorreu como coroamento de uma série de duas grandes derrotas militares que humilharam a França, sendo que a primeira delas foi a acachapante capitulação diante da Alemanha nazista, em 1940; e a segunda, o tropeço militar na guerra da Indochina, quando os franceses foram derrotados na batalha de Dien Bien Phu, em 1954, e forçados a abandonar a Indochina (Vietnã, Camboja e Laos).

Da década de 1960 até meados dos anos 1990, a França persistiu em suas intervenções militares em países africanos. Suas motivações e justificativas variavam um pouco, mas o essencial se resumia a seis pontos, como bem observado por Siradag Abdurrahim, quais sejam: a) defender seus interesses econômicos, b) proteger os seus cidadãos, c) defender os regimes africanos que mantêm relações especiais, tanto políticas, econômicas e estratégicas com Paris, d) expandir sua esfera de influência sobre a África dita francófona, e) lutar contra grupos rebeldes que ameacem os regimes aliados, f) aumentar sua influência mundial por meio de uma ativa política africana (SIRADAG, 2014, p.107).

É preciso considerar, entretanto, que os franceses não agiram e nem continuam agindo de forma unilateral em suas diversas intervenções no continente africano. Em praticamente todas as vezes que a França operou em países africanos ela o fez em acordo com interesses específicos de setores das elites locais, que se beneficiaram e continuam se beneficiando com essas ingerências. O problema principal desse tipo de arranjo entre elites locais africanas e a França é que o prejuízo maior fica sempre para as sociedades africanas. Além disso, esse relacionamento, que ora é ditado pelos interesses de Paris, ora pelas elites africanas, acaba perpetuando as relações de dependência entre as antigas colônias e a antiga metrópole.

Para muitos governantes africanos, o apoio da França ainda é decisivo para a manutenção do seu poder, e era uma questão mais decisiva quando do nascimento dos Estados africanos no período imediatamente posterior à descolonização. Isso torna o relacionamento entre ex-metrópole e ex-colônias ainda mais problemático. Em parte, isso deriva de um tipo de

¹ Havia ainda um caso especial no contexto da descolonização dos territórios franceses, que foi o do Djibuti. Este país se tornou independente apenas em 1976, mas num contexto diferenciado.

relação baseado em arranjos pessoais, com alto grau de informalidade ou, no máximo, arranjos semi-institucionalizados, nos quais prevalecem interesses muito particulares.

Para isso vale considerar aquilo que Verschaves (1999) chama de *Françafrique*, que surge para definir, de fato, essas relações ocultas e perigosas da França na África e que vão favorecendo apenas interesses de dirigentes locais e das elites francesas.

As intervenções francesas na África foram também propiciadas pela forma como os franceses definiram suas relações como os novos Estados. O que se seguiu às independências foi uma estratégia política bem calculada por meio da qual os franceses envolveram os novos dirigentes africanos. Assim, foram celebrados acordos de cooperação técnica e econômica, assistência financeira e cooperação militar, inclusive com a permanência consentida de instalações e tropas militares francesas em países considerados estratégicos para a França, como Senegal, Gabão, Costa do Marfim e Djibuti. Ressalte-se que nenhuma outra antiga metrópole manteve um envolvimento militar tão especial como os franceses o fizeram com a maior parte de suas ex-colônias.

Há que se notar que essa estratégia não ficou restrita apenas às suas ex-colônias. Dessa forma, a França desdobrou acordos similares para a República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda, antigos territórios belgas. Esses países foram como que incorporados à “África francesa”, da maneira como o Ministério das Relações Exteriores da França apreende a África de língua oficial francesa, com todas as suas implicações políticas.

Foi nesse sentido que se deu a desastrosa – e até mesmo criminosa – intervenção francesa em Ruanda no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Como a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), liderada por Paul Kagame – atual presidente de Ruanda, no cargo desde o ano 2000 –, ameaçava concretamente o governo do presidente Juvenal Habyarimana, os franceses resolveram agir para socorrer o seu protegido, seguindo a lógica das relações pessoais e semi-institucionalizadas que regiam as relações franco-africanas e em nome da preservação, claro, dos interesses da França em África.

Nesse caso em particular, um dos problemas era que o governo de Uganda, ex-colônia britânica, estava dando suporte logístico e material à FPR. Associar esse fato (uma suposta ação do “imperialismo anglo-saxão”) ao risco de um de seus aliados ser deposto foi o bastante para que Paris identificasse nesse movimento uma ameaça à “francofonia” na África e se imiscuisse nos assuntos ruandeses. Entretanto, a situação política em Ruanda se deteriorou a ponto de alcançar o abismo, com os acontecimentos que levaram ao genocídio em 1994.

A questão do genocídio em Ruanda é importante para a análise das intervenções francesas na África, porque parece ser um ponto de ruptura dessa política, principalmente pelo desgaste provocado para a imagem do governo francês, tanto na perspectiva doméstica, como no plano externo. Mas, como será visto a seguir, nem mesmo o fiasco diante do genocídio ruandês foi capaz de modificar o *modus operandi* da França na África, embora tenha, pelo menos temporariamente, recolocado o tema em discussão na própria França.

Os franceses iniciaram ingerências militares nos assuntos de Ruanda quando as tropas da FPR passaram a ameaçar o governo de Habyarimana, ditador que era considerado amigo pessoal do ex-presidente francês François Mitterrand. Como citado, quem ameaçava o governo

de Habyarimana era Paul Kagame, comandante da Frente Patriótica e que conseguiu organizar e armar adequadamente as suas tropas a partir dos campos de refugiados Tutsis em Uganda (claro, certamente com apoio do governo do país) e de lá lançar operações militares bem sucedidas contra o fraco exército de Ruanda.

Com a situação política e militar se deteriorando rapidamente no país, os franceses lançaram a Operação *Noroît*, em 1990. A justificativa inicial foi a mesma que ainda hoje é utilizada por Paris: proteger e resgatar cidadãos franceses ameaçados pela guerra civil. No fundo, a Operação *Noroît* prestou apoio logístico, de inteligência, treinamento e até mesmo operacional para o exército de Ruanda, portanto, longe de se limitar à proteção de cidadãos franceses em Ruanda (POWELL, 2014). Em suma, como aponta Bernard-Henri Lévy, filósofo e jornalista francês, o que sucedeu foi que o governo francês

Armed, trained, and assisted the government's forces, thus enabling them, in the shade of the French umbrella, to sharpen the military and paramilitary tool that would soon be put in the service of genocide. (LÉVI, 2014)

Dessa forma, e para abreviar o assunto, haja vista que o propósito desse artigo não é se ater especificamente à questão da cumplicidade francesa nos terríveis acontecimentos que levaram ao genocídio de 1994, logo depois da Operação *Noroît* o governo francês lançou a Operação *Turquoise*, no mesmo ano do genocídio. Essa última operação, segundo os principais críticos da atitude de Paris, acabou ajudando na fuga de muitos dos genocidas Hutus, responsáveis diretos pela morte de aproximadamente 800.000 pessoas durante os massacres do primeiro semestre de 1994.²

Após vir a público parte da comprometida e vergonhosa ingerência francesa em Ruanda no contexto que levou ao genocídio, o país se viu constrangido a ensaiar uma mudança. Contudo, a mudança ficou apenas no ensaio. Não demorou para que a França retomasse sua política de ingerências, e esse retorno se deu justamente no caso da Costa do Marfim, que será analisado posteriormente.

É importante destacar que, além do aspecto político, a ação francesa na África também é motivada por interesses econômicos e estratégicos. E isso se verifica desde o início das intervenções, em princípios da década de 1960. Exemplos que ilustram bem essa assertiva são os casos do Gabão, em 1964, e do Mali, em 2013.

Em 1964 o presidente do Gabão, Léon M'ba, foi deposto por um golpe militar e substituído por Jean-Hilaire Aubame. M'ba era visto pelos franceses como um fiel aliado e sua deposição, definitivamente, não interessava a Paris. Nesse sentido, a França decidiu agir e enviou tropas

2 Uma das personagens mais controvertidas dessa história de horror e cumplicidade é a viúva do ex-presidente Juvenal Habyarimana, Agathe Habyarimana. Todos os registros indicam que ela foi muito ativa como uma das principais incentivadoras e organizadoras das milícias *Interahamwe*, um dos principais, senão o principal grupo responsável pelo genocídio. Pouco antes da Frente Patriótica Ruandesa tomar o poder, ela foi "resgatada" pelos franceses e levada sã e salva para o seu doce exílio parisiense. Madame Habyarimana é procurada (embora todos saibam exatamente onde ela está) pelo governo de Ruanda por crimes contra a humanidade relacionados ao genocídio de 1994, mas as autoridades francesas jamais aceitaram sua extradição. Madame continua vivendo em Paris, embora as autoridades do país tenham se recusado a lhe conceder residência permanente, como é seu desejo. Por esse motivo, Madame iniciou um processo contra a França em 2013 justamente (e ironicamente) na Corte Europeia de Direitos Humanos! (RFI, 2014).

em socorro de M'ba que, em menos de 48 horas, estava de volta ao poder. Nesse caso, não eram apenas motivações políticas que levaram os franceses a intervir no Gabão. Naquela altura, o Gabão era o principal exportador para a França de urânio, além de grande exportador de minérios e manganês (GRIFFIN, 2007, p. 18). Além disso, e talvez por isso, a presença de empresas norte-americanas atuando no país estava em ascensão e Jean-Hilaire Aubame era visto por Paris como um político pró-americano, o que ia contra os interesses franceses. Nota-se que havia, nesse caso, interesses materiais concretos interagindo com questões políticas que levaram Paris a uma ação de interferência direta nos assuntos políticos internos do país africano, inaugurando um longo período de ingerências.

No Mali, em 2013, os argumentos franceses foram outros, ou melhor, foram acrescidos de novos ingredientes, antes indisponíveis para a construção do discurso pró-intervencionista. Assim, no contexto atual, a ação de grupos fundamentalistas islâmicos atuantes no norte da África e em países limítrofes entre essa região e a África subsaariana passou a fazer parte, de forma enfática, da tentativa de legitimação de várias ingerências francesas na África.

Incorporado nesse discurso está uma concepção de segurança que não se restringe mais apenas aos países da *"Françafrique"*, senão à própria Europa ou até mesmo ao Ocidente. Ou seja, os franceses renovaram o seu discurso em torno da segurança coletiva e, portanto, não agiram mais apenas perseguindo os seus próprios interesses.

Mas nesse mesmo discurso estão embutidas algumas contradições e omissões que, para o senso comum, acabam passando um tanto quando despercebidas. É interessante notar, por exemplo, que o governo do presidente François Hollande se recusou a intervir na República Centro-Africana e, logo em seguida, decidiu intervir no Mali. Quando se analisa a conjuntura política desses dois países, a decisão de intervir num caso e, no outro, não, fica no mínimo sob suspeição, haja vista que, embora existam peculiaridades, ambos os governantes estavam sob ameaça de grupos vinculados, de alguma forma, a movimentos fundamentalistas ou foram contaminados por motivos religiosos.

Uma das questões que distingue o Mali da República Centro-Africana é sua maior proximidade com o Níger e a possibilidade do transbordamento do conflito. Nesse caso, a França teria muito o que perder, uma vez que o Níger, como foi o Gabão em 1964, é atualmente o seu grande fornecedor de urânio. Essa é uma questão altamente sensível para Paris, porque a França depende desse urânio para sua segurança energética.

A energia gerada por usinas nucleares é vital para a França. O país conta com 58 usinas nucleares, que fornecem cerca de 75% da sua energia e é o maior exportador de energia elétrica do mundo, o que nos dá uma ideia do que está em jogo quando o assunto se refere às minas de urânio do Níger (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2015). Nesse país, a empresa francesa AREVA S/A atua há mais de 50 anos e explora importantes minas de urânio, gerando mais de 6 mil empregos diretos no país (AREVA, 2013). O detalhe é que a França não tem, ainda, nenhum substituto para o urânio fornecido pelas minas do Níger. Portanto, não é difícil chegar à conclusão de que a estabilidade do Níger e a manutenção no poder de um grupo favorável aos interesses franceses é vital para o país.

Apesar disso, o discurso francês prefere, naturalmente, enfatizar que suas motivações para intervir foram (e são) outras. A diplomacia francesa manteve o argumento de que tropas

francesas foram enviadas ao país para garantir a segurança de seus cidadãos e que a França tinha “obrigações históricas” de responder à solicitação do presidente do Mali, além de que, para o bem da segurança internacional, era preciso impedir o surgimento de um Estado terrorista no Mali.

Entre um argumento e outro, o que a análise da história das relações entre a França e suas ex-colônias mostra é uma política excepcionalmente ativa. Esse relacionamento, como já observado, segue num sentido de mão dupla, em que a ex-metrópole e as elites locais se beneficiam mutuamente, mesmo que para isso as populações africanas tenham que padecer sob o neocolonialismo francês.

A França continua pensando e agindo como um país colonialista, bem nos moldes do século XIX, que usa e abusa do paternalismo como tônica de suas relações com os Estados africanos. Parte substancial das elites e governantes desses Estados, por sua vez, continua com a mentalidade de povo colonizado, se recusando a romper os grilhões que os aprisionam em relações absolutamente desiguais e injustas com os Europeus.

3 A França na Costa do Marfim

Oficialmente ocupada pela França a partir dos anos de 1840, a Costa do Marfim tornou-se protetorado francês em 1888, e foi estabelecida como colônia autônoma de 1893 até o ano de 1960, quando lhe foi concedida a “independência”.

A “ex-colônia” francesa, conhecida como Costa do Marfim, é uma república da África Ocidental, com uma população de quase 23 milhões de habitantes relativamente jovens e com uma taxa de crescimento do PIB de mais de 8% ao ano (CIA, 2015). O país, que serviu de modelo de estabilidade política e prosperidade econômica na região e no continente africano durante décadas, passou por uma grave crise em 2010-2011, resultado de um contencioso eleitoral, cujos efeitos ainda são perceptíveis, deixando o país numa tensão sem fim.

O legado após a descolonização tinha justificado ricas relações políticas que deram origem a intercâmbios em vários níveis, com a instalação em território marfinense de uma base militar francesa, de diversos acordos de defesa e uma cooperação intensa em vários níveis, sendo a Costa do Marfim, o primeiro parceiro francês da Zona Franco CFA (Comunidades Financeiras da África) e o quarto na África subsaariana (DIPLOMATIE, 2014).

4 Contexto de uma crise: da prosperidade à crise econômica

Depois de duas décadas de *boom* econômico, que perdurou de 1960 até 1980, a economia da Costa do Marfim entra em uma fase de crise com consequências socialmente significativas. A dependência econômica do exterior e principalmente da política francesa no continente e a gestão dos benefícios do crescimento constituem as raízes dessa decadência econômica.

A partir dos anos 1960, a Costa do Marfim “independente” seguiu o modelo de desenvolvimento econômico baseado na exportação de matérias-primas agrícolas, como o café e

principalmente o cacau, cuja produção até hoje faz dela o primeiro produtor mundial. E também a exploração de minerais, madeira e, mais tarde, de petróleo.

Segundo dados do Banco Mundial (COGNEAU e MESPLÉ-SOMPS, 2003), a taxa de crescimento do PIB marfinense era de 7% entre 1960-1980. Falamos, então, de modelo de desenvolvimento baseado na agricultura e do “milagre marfinense”.

No entanto, essa prosperidade foi baseada em produtos cujos preços são fixados em outros lugares, nos mercados internacionais e dependentes, portanto, das especulações. Os preços do cacau e café apresentam uma queda a partir de 1979, seguido do *boom* do petróleo de 1973-1978. Essa instabilidade nos preços provocou rapidamente um freio na fase de crescimento econômico em que se encontrava o país, reduzindo a capacidade reguladora do Estado, levando a economia do país para uma recessão. Em pouco tempo houve uma diminuição drástica dos recursos financeiros do Estado.

Diante da deterioração da situação financeira do país, e da necessidade de honrar as dívidas, o país é forçado a aplicar programas de instituições financeiras internacionais, chamados “Programas de Ajustamento Estrutural”. Essas medidas são aplicadas não só à Costa do Marfim, mas a quase todas as “ex-colônias” francesas e levarão à desvalorização do franco CFA, moeda dos países francófonos da África. As reformas liberais de estabilização financeira aplicadas entre os anos 1980 e 1990 não levaram aos resultados esperados. A desvalorização da moeda CFA contribuiu para uma deterioração mais acentuada da economia do país, agravando o quadro político e social. O consumo médio per capita diminuiu quase pela metade durante o período entre 1985 e 1993. A baixa na receita triplicou o índice de pobreza, que aumentou de 10% para mais de 30%³. Em 1985, metade dos pobres se localizava, sobretudo, nas regiões de savana, no Centro e Norte do país. Mas com a queda dos preços do café e do cacau, a pobreza aumentou também nas regiões florestais do Sul.

O aumento dos preços de alimentos e outros artigos de consumo após a desvalorização nos mercados locais tem contribuído para a deterioração das condições de vida dos marfinenses.

São motivos que evidenciam em certa medida a grave crise pela qual está passando a Costa do Marfim. Pode-se afirmar, sem medo de errar, que o pano de fundo da crise marfinense é principalmente o estado de empobrecimento que se iniciou com o declínio da boa fase econômica. Porém, vale ressaltar a presença de contingências externas que influenciaram negativamente a evolução da conjuntura política e social marfinense.

5 A intervenção francesa na Costa do Marfim

A primeira intervenção francesa no país no período pós-Guerra Fria aconteceu em setembro de 2002, quando na noite do dia 19 do referido mês, um grupo de insurgentes fortemente armados, vindo do Burkina Faso, atacou o país, tentando um golpe de Estado. Após o fracasso do golpe e a resistência das forças armadas da Costa do Marfim, iniciou-se uma guerra entre as duas forças, os insurgentes e as forças leais às instituições da Costa do Marfim. Sob o argumento

³ Akindès Francis, « Inégalités sociales et régulation politique en Côte d'Ivoire. La paupérisation en Côte d'Ivoire est-elle réversible ? » Politique africaine, n°78, juin 2000.

de proteger e retirar os cidadãos franceses do teatro dos confrontos entre os beligerantes, o exército francês solicitou um cessar-fogo. Muito rapidamente, a sua presença no teatro das operações para o resgate dos franceses evoluiu para uma força de interposição entre as forças armadas da Costa do Marfim e os insurgentes que viriam a ser mais tarde rebeldes. A partir dessa presença da força francesa, forma-se oficialmente uma rebelião que passa a ocupar parte do norte do país, invadindo progressivamente o restante do território norte, visto que tal força de interposição não permitia o avanço das forças regulares marfinenses. Surgem logo muitas dúvidas a respeito desse tempo que teria sido usado para o processo de retirada e proteção dos cidadãos franceses das áreas do conflito. Para muitos analistas da situação marfinense, inclusive os autores, esse cessar-fogo solicitado pela França e observado para tal empreitada levou à recomposição e reorganização do movimento iniciado para o *putsch* e que fracassou. O cessar-fogo foi o alibi usado para que as forças vindas para o golpe de Estado contra o ex-presidente Laurent Gbagbo, presidente legítimo e eleito em 2000, pudessem se reorganizar frente à derrota na capital econômica, Abidjan, sede do governo marfinense e foco da ação do golpe.

Diversos questionamentos surgiram na época e continuam ainda sem repostas quanto ao não cumprimento por Paris dos acordos de defesa acionados pelo regime de Abidjan, sobre o golpe contra as instituições que se preparava desde o país vizinho, o Burkina Faso do então Blaise Compaoré⁴. Vale salientar que os ditos acordos previam a intervenção de Paris para defender as instituições marfinenses em caso de ataques vindo do exterior. Na altura, a Ministra da Defesa do governo de Jacques Chirac, Michele Alliot Marie, declarava no canal de televisão francês LCI que a França não podia interferir em assuntos internos da Costa do Marfim. Portanto, a ajuda militar solicitada pelo governo marfinense só poderia acontecer em um quadro muito específico previsto nos acordos de cooperação que estabelecem a legitimidade da intervenção francesa em caso de ataque por um país estrangeiro.

A partir daí, inicia-se um processo de paz com os acordos de Linas-Marcoussis⁵, em janeiro de 2003, e depois várias cidades e capitais africanas foram palco de outras negociações entre as forças beligerantes busca de acordos que pudessem trazer de volta a estabilidade política que conheceu a Costa do Marfim até os anos 1990. Entre outras capitais visitadas, temos Lomé, Acra, Pretória, onde vários acordos foram assinados por ambas as partes. Em geral esses acordos traziam em comum pontos como a partilha do poder e uma reforma do código da nacionalidade. Vale lembrar que as principais reivindicações dos rebeldes traziam de fato era a questão da nacionalidade e da elegibilidade de Alassane Ouattara⁶. A esfera política marfinense apresentava desde então uma configuração. Por um lado, as *Forces Nouvelles*⁷ e os partidos como RDR⁸, PDCI⁹

4 Ex-Ditador do Burkina-Faso deposto em outubro de 2014, após uma revolta popular contra 27 anos de poder.

5 Cidade do sul da França, palco das negociações para os acordos que levariam o regime de Abidjan a dividir o poder com os rebeldes. Esses acordos vistos por parte dos marfinenses como sinal do *parti pris* francês na crise marfinense. Para eles a França apoiava a rebelião como forma de retaliação ao presidente Laurent Gbagbo.

6 Atual chefe de Estado da Costa do Marfim. Foi funcionário do Fundo Monetário Internacional onde ocupou as funções de Diretor do Departamento África e Conselheiro do Diretor Geral da dita instituição. <http://www.rfi.fr/afrique/20101124-alassane-ouattara/>. Acessado em 03/04/2015.

7 Nomenclatura adotada pela rebelião marfinense durante a fase das negociações.

8 Partido político marfinense, atual partido no poder. RDR – Rassemblement Démocratique des Républicains.

9 Partido aliado do atual regime. É o primeiro partido político da Costa do Marfim. Partido fundado pelo primeiro presidente da Costa do Marfim Félix Houphouët Boigny.

e outros nancicos que, desde os acordos de Marcoussis, passaram a exigir a aplicação desses e, de outro lado, o campo presidencial e aqueles que rejeitavam os ditos acordos.

Esse contexto complexo e confuso, em que não havia paz nem guerra, levou à adoção de diversas resoluções da parte das Nações Unidas, e acabaram também não surtindo efeito. Em 2007, com a situação de bloqueio após as diferentes negociações, o então presidente da Costa do Marfim resolveu iniciar negociações diretas com os rebeldes, sob a mediação do presidente do Burkina Faso. Essas negociações levaram a novos acordos de paz, chamados acordos de Uagadugu¹⁰, em 4 de março de 2007. Após tais acordos, Guillaume Kigbafori Soro¹¹, chefe da rebelião, se tornou primeiro-ministro e tinha como missão reunificar o país, resolver a questão da identificação da população marfinense e organizar eleições justas, transparentes e abertas a todos.

A segunda intervenção francesa na Costa do Marfim acontece em novembro de 2004. Em 4 de novembro daquele ano, após meses de bloqueio nas negociações para resolução da crise, as Forças Armadas da Costa do Marfim lançaram a *Opération Dignité*, uma grande ofensiva militar contra os rebeldes das *Forces Nouvelles*, que ocupavam o norte do país. Nessa operação, em condições ainda ambíguas, morreram nove soldados franceses e um civil americano durante um ataque aéreo da aviação marfinense na base francesa em Bouaké, a segunda maior cidade da Costa do Marfim. Em retaliação, as forças francesas lançaram ataques aéreos em Yamoussoukro¹² e Abidjan, destruindo no chão toda a Força Aérea marfinense e provocando uma onda de protestos anti franceses em Abidjan e no resto do país.

A partir desse momento, a França passa de mediadora de uma crise para antagonista ao poder legítimo do presidente Laurent Gbagbo. O balanço geral dos confrontos leva a uma guerra de números entre autoridades francesas e marfinenses. Imagens das reportagens feitas pela TV francesa, *Canal +*¹³ trazem um relato sobre as mortes e as condições do massacre, pelo exército francês, de manifestantes marfinenses desarmados.

Após as eleições de outubro de 2010, em conformidade com a posição das Nações Unidas, de organizações africanas e da comunidade internacional, a França reconheceu Alassane Ouattara como o presidente legítimo da Costa do Marfim e exortou Laurent Gbagbo a ceder o poder. Paris apoiou os esforços diplomáticos da comunidade internacional e a mediação da União Africana e da Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO). De acordo com a resolução 1975, a França tinha mandado para intervir em apoio às forças da ONUCI (Representação da ONU no país), para neutralizar as armas pesadas utilizadas pelas forças de Laurent Gbagbo contra a “população civil” e as forças de segurança das Nações Unidas.

10 Capital do Burkina Faso. Palco das últimas negociações de paz da crise marfinense.

11 Líder da rebelião marfinense desde 2002. Um dos principais protagonistas da crise marfinense. Ex-primeiro ministro e atual presidente da Assembleia Legislativa da Costa do Marfim.

12 Capital política da Costa do Marfim. Embora oficialmente a capital política, a cidade ainda não recebeu as instituições para fazer jus ao título.

13 Links de vídeos mostrando a atuação francesa na Costa do Marfim em novembro de 2004: <<https://www.youtube.com/watch?v=acpXaqI07zc>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=AwsvcDp9Dco>>.

6 As eleições presidenciais de 2010 e a crise pós-eleitoral

Embora a crise marfinense não se inicie com as eleições de 2010, a análise dos fatos ocorridos nesse período retoma o debate acerca da atuação francesa no país e no resto do continente, ou melhor, a política exterior da França para a África. Os acordos de paz ocorridos em 2007 conseguiram trazer certa confiança para a população marfinense cansada de anos de crises intermináveis. As eleições presidenciais traziam em si fatores positivos para a população, como a abertura à livre circulação do Norte para o Sul, a reunificação do país, o cessar-fogo, e perspectivas de retomada do crescimento econômico após as eleições.

Em geral, as eleições de 2010 marcariam de fato o fim da guerra na Costa do Marfim. O primeiro turno das eleições foi satisfatório no seu conjunto, devido à participação da população marfinense.

O segundo turno das eleições presidenciais iniciou-se em um clima tenso, e completamente oposto ao clima de festa que reinava no primeiro turno. Essa situação acabou influenciando no período pós-eleitoral e levou a uma crise sem precedentes no país. O quase caos na Costa do Marfim chamou atenção das organizações regionais e internacionais e atraiu todos os olhares quanto à busca por uma solução duradora para sair da crise.

O segundo turno das eleições presidenciais foi marcado pela proclamação de dois resultados contraditórios. Um resultado proclamado pelo presidente da Comissão Eleitoral Independente no quartel geral do candidato Alassane Ouattara, atual presidente, que representava a oposição na época. Esses resultados o deram como vencedor das eleições com mais de 54% dos votos, segundo o relatório final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2011) e acabaram levando a controvérsias quanto à validade jurídica e ética da proclamação de tais resultados. Isso se justifica pelo fato dos resultados não terem sido detalhados como recomendam os textos do código eleitoral marfinense e do próprio procedimento já observado durante o primeiro turno. Além disso, foram dadas em circunstâncias duvidosas como, por exemplo, o fato dos resultados serem proclamados apenas pelo presidente da Comissão Eleitoral Independente, sem a presença dos vice-presidentes desse órgão administrativo, no quartel geral do candidato Ouattara, e no quarto dia após as eleições, enquanto a Constituição prevê um prazo máximo de três dias para a proclamação dos resultados provisórios que deveriam, logo em seguida, serem averiguados e confirmados ou não pelo Conselho Constitucional.

O segundo resultado foi dado pelo presidente do Conselho Constitucional em ruptura com o resultado dado horas antes pelo presidente da Comissão Eleitoral Independente. Com base em relatos e informações comprovadas de fraudes em massa e violências físicas contra os seus militantes, a coalizão de partidos que apoiava o então presidente Gbagbo entrou com pedidos em anulação dos votos em algumas regiões do país. Esses pedidos encontraram um parecer favorável da parte do Conselho Constitucional que, com base nas provas apresentadas, anulou os resultados de sete departamentos do Norte e do Centro do país e proclamou a vitória do presidente Laurent Gbagbo. Cabe mencionar que esses departamentos eram todos majoritariamente favoráveis ao candidato da oposição, Alassane Ouattara.

Outro fato importante é a entrada em jogo do representante da ONU que tinha um mandato de certificação dos resultados das eleições e que acabou confirmando o resultado dado pelo órgão administrativo (a Comissão Eleitoral Independente) que dava o candidato da oposição como vencedor das eleições.

Seguiu-se a partir desse momento uma fase muito confusa em que se assistia a dois eventos de posse. Um primeiro no respeito do ritual habitual e o outro por escrito a partir do seu quartel geral. Cada um dos oponentes formou o seu governo.

O governo do presidente Gbagbo tinha um controle efetivo do poder, visto que controlava o conjunto dos pontos e setores estratégicos do país, exceto as regiões ocupadas pela rebelião. Um controle e uma efetividade do poder que se faziam apesar do embargo econômico da Europa sobre a Costa do Marfim, que autorizava o fechamento do Banco Central e de todos os bancos europeus presentes no país.

O segundo governo, o do Alassane Ouattara, com relação ao primeiro, tinha uma audiência diplomática, principalmente apoio de países como França, Inglaterra e a maioria dos países europeus, dos Estados Unidos e de países africanos, além do apoio da rebelião em partes do país. Era um governo mais passivo, que apenas esperava decisões da comunidade internacional para resolução da crise.

7 Os confrontos militares entre as forças leais ao presidente Laurent Gbagbo e a rebelião

Frente a militares de formação com armamentos pesados e, que tinham conhecimento aguçado e claro das estratégias da guerra e que defendiam suas posições naquilo que chamavam guerra de libertação da Costa do Marfim contra os invasores, encontravam-se rebeldes desordenados e indisciplinados. Eles apresentavam lacunas importantes em estratégias militares que foram decisivas na batalha de Abidjan, onde sofreram uma grande derrota com a perda de um importante contingente.

Vendo o desequilíbrio das forças e a derrota dos rebeldes, a missão das Nações Unidas na Costa do Marfim e a força francesa no país entraram em ação sob uma resolução¹⁴ da ONU que impedia o uso de armamentos pesados contra civis e sanções contra algumas personalidades favoráveis ao regime do presidente Laurent Gbagbo. A ambiguidade dessa resolução e os pedidos de intervenção do Alassane Ouattara e do chefe da rebelião Guillaume Kigbafori Soro, levaram as forças estrangeiras, acima mencionadas, a entrarem de fato na guerra contra o regime do presidente Gbagbo. O principal argumento apresentado para essa guerra contra o regime de Gbagbo era a “proteção dos civis”. Assim, ocorreu o uso desproporcional de armamentos de guerra contra pontos estratégicos, tal qual a residência oficial do presidente da República Laurent Gbagbo, a Presidência da República, bases militares e até cidades universitárias que abrigariam milícias favoráveis ao presidente Gbagbo.

¹⁴ A Resolução 1975 do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação da Costa do Marfim.

No dia 11 de abril de 2011, no período da tarde, e após intensos bombardeios das forças francesas e da ONU contra a sua residência, o presidente Laurent Gbagbo foi capturado pelas forças francesas e entregue aos rebeldes do Alassane Ouattara e Guillaume Soro. Foi uma captura vergonhosa e que apresentava imagens de um chefe de Estado humilhado, que parecia não ter consciência da gravidade da situação.

O dia 11 de abril de 2011 foi o dia que de fato marcou a divisão dos marfinenses, criando dois sentimentos que reavivam o medo e alimentam o espectro de uma guerra civil. Para parte dos marfinenses é o dia de vitória contra a ditadura do regime Gbagbo. Para os outros, favoráveis ao ex-presidente e/ou nacionalistas, é uma grande humilhação e indignação perante aquilo que é chamado de regresso à colonização. Para eles, era difícil entender bombardeios contra a residência do presidente e, sobretudo, o argumento da proteção de civis para provocar a morte desses que se pretendia defender.

Essa situação sem precedentes na Costa do Marfim colocou o país à beira de uma guerra civil que pode explodir a qualquer momento. Daí surgem diversos questionamentos sobre os tratamentos recebidos por parte dos partidários do ex-presidente. Há necessidade de manter personalidades do país, ex-ministros e presidentes de instituições presos sem direito a defesa nem motivos para permanecerem na cadeia? Há necessidade de bloquear bens, salários e até aposentadorias de pessoas que em certo momento da história do país serviram o Estado nos seus altos escalões. Como é que poderá acontecer a reconciliação entre marfinenses se parte da população continua frustrada ocasionando feridas cada vez mais profundas entre cidadãos de um mesmo país? Várias outras dúvidas surgem sobre a (in)oportunidade da ação francesa sob o manto da ONU para o uso da força desproporcional para tirar do poder um presidente eleito conforme as leis do seu país e instalar o adversário que, por sua vez, recebia todo apoio oficial do então presidente da França, Nicolas Sarkozy.

8 A (in)oportunidade da intervenção francesa na crise marfinense

A França participou de forma ativa e coordenada na crise marfinense, tanto no plano militar, por meio da operação criada especialmente para esse fim, denominada *Force Licorne*, como no plano diplomático, por meio da iniciativa de tentativa de resolução do conflito armado que começou em setembro de 2002 (SEREQUEBERHAN, 2005), após um golpe de Estado frustrado que foi ganhando proporções até se tornar oficialmente uma rebelião que culminou com a ocupação da parte norte do país.

A participação francesa, sem rodeios, na crise marfinense, desde setembro de 2002, demonstra uma ruptura com a política de normalização das relações entre a França e as suas “ex-colônias” com a antiga visão política iniciada em 1997, cujo objetivo era a não intervenção direta na gestão e resolução dos conflitos africanos.

Essa nova etapa de intervenção direta da França nos conflitos africanos, augura uma volta aos preceitos da sua tradição intervencionista já praticada a partir das independências até os anos de 1990. Há de se notar que essa nova configuração da intervenção francesa no continente

e, no caso em questão, na Costa do Marfim, busca certo equilíbrio entre a manutenção dos laços de interdependência a partir da herança histórica, gerando uma nova forma de sobrevivência que alie a salvaguarda da herança histórica à necessidade de evoluir.

A estratégia francesa está, em primeiro lugar, relacionada com o futuro promissor da África para os seus interesses fundamentais, e, em seguida, com a melhor forma de gerir o seu legado pós-colonial, na medida em que o continente faz ofício de “nova fronteira” de disputa entre potências clássicas e emergentes como China, Índia e Brasil. Quanto ao primeiro ponto, há um reconhecimento tardio do importante crescimento das economias africanas desde o início deste novo milênio.

Nesse caso, a intervenção francesa na Costa do Marfim torna-se importante, na medida em que ela constitui a primeira fase de reorganização da sua inserção no contexto africano e, dessa forma, o desenlace da crise marfinense, com as eleições deste ano (outubro de 2015), em um clima de conflito latente, pode ser determinante para a política exterior da França na África.

Embora possa parecer bem sucedida com a operação no campo militar, com a captura do ex-presidente Laurent Gbagbo, a intervenção francesa no seu conjunto ficou longe de surtir o efeito esperado, considerando o impasse político em que se encontra o país. Essa intervenção poderá, sem sombra de dúvida, levar a França a reconsiderar o seu tradicional engajamento no continente, ressaltando-se o caso dos países que experimentam ações de grupos e movimentos fundamentalistas islâmicos.

De fato, a experiência marfinense tenderia a influenciar, de forma negativa, as relações que a França mantém com o resto da África, lembrando também as suas atuações na Líbia, no Mali, na República Centro-Africana, criando certo freio à vontade francesa em se manter mais atuante e proteger os seus interesses.

Essa intervenção francesa pode ser vista também sob o prisma de uma afirmação no cenário internacional, demonstrando a sua capacidade em intervir, com prontidão, para a resolução dos conflitos que emanam da sua esfera de influência (SEREQUEBERHAN, 2005). Se analisado sob esse ângulo, tanto em nível regional, no próprio continente africano, como global, será preciso descartar o sucesso da ingerência francesa na crise marfinense, visto que o país ainda passa por vivas tensões, com mais de 700 presos políticos e muitos exilados, o que coloca em dúvida a própria democracia no país.

Um dos resultados é que o ex-presidente Laurent Gbagbo e Charles Blé Goudé, líder da juventude e a favor de Gbagbo, estão presos na Corte Penal Internacional, aguardando julgamento por crimes contra a humanidade. A ex-primeira dama, Simone Ehivet, encontra-se em prisão domiciliar na Costa do Marfim, também sob mandado de prisão da Corte Penal Internacional.

Por fim diremos que após quase uma década de tensões nas relações entre os dois países, a eleição do atual presidente Alassane Ouattara abriu uma nova página nas relações entre os dois Estados, fato interpretado por alguns como a vitória do imperialismo e da recolonização do país pela França, enquanto, para outros, os dois países reforçam os laços privilegiados, antes sinônimo de crescimento para a Costa do Marfim.

Referências Bibliográficas

- AKINDÈS, Francis. 1981. *Inégalités sociales et régulation politique en Côte d'Ivoire. La paupérisation en Côte d'Ivoire est-elle réversible? Politique Africaine* n° 78.
- AREVA WEBSITE. 2013. Disponível em: <<http://www.areva.com/EN/maps-59/areva-worldwide-presence.html>>. Acesso em 02/05/2015.
- CANAL+. *90 Minutes. La fusillade à l'hôtel ivoire. 1-2*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=acpXaqlO7zc>> Acesso em 02/05/2015.
- _____. *90 Minutes: La fusillade à l'hôtel ivoire. 2/2*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AwsvcDp9Dco>> Acesso em 02/05/2015.
- CIA. World Fact Book. 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/iv.html>> Acesso em 31/05/2015.
- COGNEAU, Denis; MESPLÉ-SOMPS, Sandrine. 2003. *les illusions de l'économie ivoirienne et la crise politique. Afrique contemporaine*, n° 206.
- DIPLOMATIE. *La France et la Côte d'Ivoire*. 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/cote-d-ivoire/la-france-et-la-cote-d-ivoire/>> Acesso em 01/05/2015.
- GRIFFIN, Christopher. 2007. *French Military Interventions in Africa: Realism vs. Ideology in French Defense Policy and Grand Strategy. Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, 48th Annual Convention, Hilton Chicago, CHICAGO, IL, USA*. Disponível em: <http://citation.allacademic.com/meta/p178629_index.html>. Acesso em 02/06/2015.
- LÉVY, Bernard-Henri. *Yes, France is to Blame for Rwanda*. Disponível em: <<http://www.kwibuka.rw/yes-france-blame-rwanda>>. Acesso em 07/05/2015.
- MARSHALL, Ruth. 2005. *La France en Côte d'Ivoire: l'interventionnisme à l'épreuve des faits*. In: *Politique Africaine*.
- MISSION D'OBSERVATION ELECTORALE DE L'UNION EUROPÉENNE. *Rapport Final: Election Présidentielle 31 octobre - 28 novembre 2010*. Disponível em: <http://www.eeas.europa.eu/eucom/pdf/missions/rapport-final-25012011_fr.pdf>. Acesso em 07/06/2015.
- NAYLOR, Phillip C. 2000. *France and Algeria - A history of decolonization and transformation*. Gainesville: University Press of Florida.
- POWELL, Nathaniel. *Lessons from French Military Interventions in Africa*. Disponível em: <<http://www.fondation-pierredubois.ch/Papiers-d-actualite/lessons-from-french-military-interventions-in-africa.html>>. Acesso em 02/03/2015.
- RFI - Radio France International. *Rwandan president's widow takes France to European rights court*. Disponível em: <<http://www.english.rfi.fr/africa/20140115-rwandan-presidents-widow-takes-france-european-rights-court>>. Acesso em 08/05/2015.
- SEREQUEBERHAN, Hewane. 2005. *Le réengagement français dans les conflits africains et le défi ivoirien. Annuaire français de relations internationales*. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/21_323-339.pdf> Acesso em 02/06/2015.

SIRADAG, Abdurrahim. 2014. *Understanding French Foreign and Security Policy towards Africa: Pragmatism or Altruism*. *Afro Eurasian Studies Journal*, Vol. 3, Issue 1, Spring.

VERSCHAVES, François-Xavier. 1999. *La Françafrique: Le plus long scandale de la République*. Paris: Stock.

WALLIS, Andrew. 2007. *Silent Accomplice – the untold story of France’s role in Rwandan Genocide*. London: I.B. Tauris.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, WEBSITE. 2015. Disponível em: <http://www.world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Countries-A-F/France/>. Acesso em 02/05/2015.

Textos e Resoluções

Accords de Linas-Marcoussis 23 janvier 2003, Centre d'Information et de La résolution 1633 du 21/10/05 de l'ONU, Centre d'Information et de Communication Gouvernementale (CICG).

Recebido em: 06 junho 2015

Aceito em: 04 outubro 2015